



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

PARECER ASSESSORIA JURÍDICA

Referência: Projeto de Emenda à Lei Orgânica 01/2021.

Autoria: Legislativo Municipal

Altera a redação da Lei Orgânica de Itaqui.

I – RELATÓRIO

O **Poder Legislativo Municipal de Itaqui/RS** solicita orientação acerca da viabilidade técnica de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2021, a qual “**Altera a redação da Lei Orgânica de Itaqui**”.

Acompanha o Projeto de Lei, a Justificativa, a Orientação Técnica do IGAM nº 21.036/2021 e a Informação Técnica da DPM.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

II.I – Da competência e Iniciativa

A Lei Orgânica, na Seção V, que se denomina Das Leis e do Processo Legislativo, traz o regramento de quem é competente para promover Emendas a Lei Orgânica, bem como a forma que deve ser realizada. Nesse sentido:

Art. 35. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica;

[...]

Art. 37. A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I - de Vereadores;

[...]



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Parágrafo único No caso do item I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 38. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, em ambas as votações. (Nova Redação dada pela Emenda 20/2010)

Art. 39. A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

Art. 40. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva ou privativa, cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito.

Dessa forma, opina como favorável, essa Assessoria Jurídica, enquanto a **competência e iniciativa** do Projeto de Emenda à Lei Orgânica em análise.

II.II – Considerações acerca do Projeto de Lei

A alteração que é pretendida visa alterar o período e acrescentar disposição referente ao recesso camerário para ajustá-lo ao que preleciona a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e especialmente ao período disposto no art. 57 da Constituição Federal de 1988.

A proposta vem subscrita pelo que se verifica por cinco membros da Câmara. Nesse sentido, se nos termos do art. 12 da LOM “A Câmara Municipal é composta de onze (11) vereadores, eleitos na forma da lei”, verifica-se atendido o critério de admissibilidade e a proposição pode ser admitida para tramitar.

Originalmente, o disposto para o recesso da Câmara encontra-se no art. 13 da Lei Orgânica na seguinte forma:



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Art. 13. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, de 1º de fevereiro a 31 de dezembro. (Nova Redação dada pela Emenda 25/2020)

A redação pretendida e o novo período está apresentado nos seguintes termos:

“A Câmara reunir-se-á, anualmente, no Município, de 1º de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Parágrafo único – As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.”

A redação disposta na proposição não apresenta o dispositivo que irá alterar na Lei Orgânica Municipal de Itaqui. Tal fato impede a tramitação legislativa da matéria vez que não se é possível verificar qual o dispositivo alterado.

Assim, deverá ser realizado um substitutivo ao Projeto de Emenda 01/2021, onde conste já na ementa, que a proposição busca alterar o artigo 13 da LOM e inclua no conteúdo do artigo 1º, a modificação e o artigo objeto da alteração. Dessa forma, sugere-se:

“Substitutivo ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica __, de __ de ____ de 2021.

Altera o art. 13 da Lei Orgânica Municipal de Itaqui

Art. 1º Fica modificado o caput e inserido parágrafo único no art. 13 da Lei Orgânica Municipal de Itaqui para modificar o período de recesso parlamentar e inserir que as reuniões marcadas para as datas ajustadas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 13. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, no Município, de 1º de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Parágrafo único. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Realizadas as devidas alterações, não se verifica óbice ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica, em seu sentido material.

II.III – Do trâmite legislativo e demais alterações

A Proposição deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, em ambas as votações, conforme regra o artigo 38 da Lei Orgânica e artigo 154 do Regimento Interno.

Se aprovada, em dois turnos, dois terços dos membros da Câmara de Vereadores, à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem, conforme dispõe artigo 30, inciso I, e artigo 81, § 3º, inciso IV, do Regimento Interno.

Ressalta-se que, é preciso, posteriormente a isso, verificar se regras como as que versam sobre a sessão preparatória e de instalação da Câmara de Vereadores e que estão dispostas no Regimento Interno, não contrariarão a nova redação da LOM, como por exemplo o artigo 8º do Regimento Interno.

Cabe salientar, que as alterações deveram ser realizadas em proposição própria respeitando o rito e espécie normativa adequada, constando na justificativa que a alteração foi promovida em virtude da Emenda a Lei Orgânica nº 01/2021.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do Projeto de Lei ora examinado, desde que com as devidas alterações desse parecer e Orientação do IGAM.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Ressalta-se que, a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Itaqui/RS, 27 de agosto de 2021.

Nagielly Cigana Mello,
Assessora Jurídica.
OAB/RS 113.980